

DESDOBRAMENTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DOS ACORDOS AMBIENTAIS INTERNACIONAIS E A CRISE SANITÁRIA DO SÉCULO 21

Esther Ferreira de Souza¹
Fabrício Pelizer de Almeida²

Saúde, Ambiente e Sociedade

Resumo

A compreensão de saneamento como serviço, não como um direito humano fundamental, gera impactos socioeconômicos e sanitários, principalmente para populações em situação de vulnerabilidade, influenciando diretamente a ocorrência de doenças de veiculação hídrica e doenças arbovirais causadas por insetos e aracnídeos, que em ambiente favorável podem causar epidemias. A pandemia do COVID-19 tem sido considerada a maior crise sanitária e humanitária do século, evidenciando a necessidade de profundas mudanças nas relações entre saneamento, saúde e proliferação de doenças infecciosas, expondo uma sociedade global não sustentável e carente de ideais políticos e investimentos no saneamento básico mundial. Devido a necessidade de discutir e entender os atuais desafios da humanidade em relação as desigualdades e falta de saneamento, objetivou-se discutir os desdobramentos políticos, econômicos e sociais do saneamento básico como tema dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU em um cenário de pandemia da Covid-19. Foi realizada uma análise de dados através da interpretação subjetiva e nuances não quantificáveis dos artigos publicados sobre os temas correlacionados à pesquisa. Foram analisadas e discutidas as correlações entre o saneamento básico e os aspectos sociais, políticos e econômicos. Considera-se que os objetivos de desenvolvimento sustentável são norteadores de resolução dos problemas socioambientais e políticos acerca dos direitos humanos fundamentais e devem servir de farol para todos os países, cada qual em sua realidade para empreender esforços rumo a um desenvolvimento equitativo e qualidade de vida para todos os seres humanos, em especial aqueles que hoje encontram-se em estado de vulnerabilidade e extrema pobreza.

Palavras-chave: Saneamento básico; Direitos Humanos; COVID-19; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Desigualdade.

¹Graduanda em Engenharia Ambiental, Universidade de Uberaba (Uniupe), estherriguel.mus@gmail.com

²Prof. Dr. Universidade de Uberaba (Uniupe) – Instituto de Tecnologia, fabricio.almeida@uniube.br

INTRODUÇÃO

Ao abordar o aspecto do saneamento básico e direitos humanos, o cenário brasileiro é adverso e encontra-se em situação de retrocesso com o desmonte de ministérios e programas que minimamente sustentam algum direito público. O diagnóstico do V Relatório Luz, (2021), aponta que durante o período de pandemia, com o enfraquecimento das leis promotoras de sociedades inclusivas e justas, o Brasil, em contramão de diversos países, ao invés de aumentar o investimento em áreas sociais, desregulamentou instâncias fiscalizadoras resultando em menor investimento em saúde, educação, proteção social, ciência e tecnologia, igualdade de gênero e racial e meio ambiente.

A compreensão de saneamento como serviço e não como um direito humano fundamental, gera impactos socioeconômicos e sanitários, principalmente para populações em situação de vulnerabilidade, influenciando diretamente a ocorrência de doenças de veiculação hídrica, como as diarreias, prematuridade ou mortalidade de crianças, doenças arbovirose causadas por insetos e aracnídeos, que em ambiente favorável podem causar epidemias, além do contato direto com fezes humanas nos esgotos a céu aberto, sendo em 2021 registrados aproximadamente 24 bilhões de litros diários de esgoto in natura despejados no meio ambiente.

O saneamento ambiental atualmente é um dos desafios em destaque nas pautas de desenvolvimento dos países, sendo amplamente discutida em conferências e acordos a nível global. Tais negociações são promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) que é composta por 193 países e tem como responsabilidade a promoção de debates e resolução de conflitos internacionais, tomando medidas que garantam a paz, o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, saúde e segurança.

O Relatório Luz é um importante documento elaborado através do diagnóstico de 106 especialistas de diferentes áreas de atuação que analisam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis e 169 metas da Agenda 2030, adotada pela ONU em 2015 objetivando o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, além da inclusão social, sustentabilidade ambiental e a boa governança em todos os níveis, incluindo paz e segurança. (ODS BRASIL, 2021)

Comentado [R1]: Tente pontuar aqui para não ficar ex e confuso.

O plano de ação contido na Agenda 2030 explicita a relação estreita entre desenvolvimento sustentável e saneamento básico, assim como a relação do saneamento básico e a ocorrência de epidemias. No ano de 2019, o problema do saneamento básico voltou a ser amplamente discutido e revisto quando notificado o primeiro caso de contaminação pela Covid-19, uma doença de caráter infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, na província de Wuhan na China, sendo caracterizada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, (OMS, 2021)

A pandemia tem sido considerada a maior crise sanitária e humanitária do século com mortalidade até o momento de mais de 5,89 milhões de pessoas no mundo (Our World in Data, 2022) evidenciando a necessidade de profundas mudanças nas relações entre saneamento, saúde e proliferação de doenças infecciosas, além de dar vazão à percepção de que a humanidade vive à beira de um colapso ambiental, expondo uma sociedade global não sustentável e ainda carente de ideais políticos e investimentos no saneamento básico mundial. Portanto o presente trabalho tem como objetivo discutir os desdobramentos políticos, econômicos e sociais do saneamento básico como tema dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU em um cenário de pandemia da Covid-19.

METODOLOGIA

Para realização da pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, referente a uma análise de dados através da interpretação subjetiva e nuances não quantificáveis dos artigos publicados sobre os temas correlacionados à pesquisa. O estudo é uma pesquisa básica de natureza descritiva, em que foram analisadas e discutidas as correlações entre o saneamento básico e os aspectos sociais, políticos e econômicos. As principais fontes de dados foram 50 artigos de pesquisa divididos em 5 continentes, sendo eles América, África, Ásia, Europa e Oceania. Para obtenção dos artigos foi utilizada a base de artigos científicos do Google Acadêmico e Scopus.

Em cada continente foram analisados 10 artigos utilizando o programa MAXQDA, um software acadêmico para análise de dados qualitativos e métodos mistos de pesquisa, que permitiu a análise de dados não estruturados. O período considerado para a coleta de

Realização



Apoio



dados e constituição deste estudo foi de janeiro de 2015 a março de 2022. Optou-se pela abrangência de 7 anos (ou 88 meses), para que fosse possível observar a variação dos últimos anos que antecederam a pandemia, e comparativamente, discutir o comportamento dos dados durante o período pandêmico.

Comentado [R2]: Não seriam 7 anos?

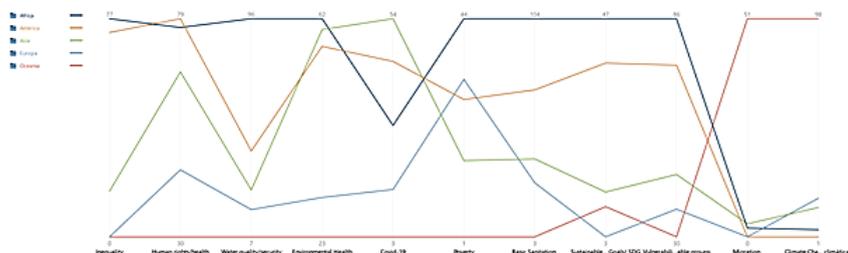
A análise temática abrange um olhar global sobre as questões relacionadas aos direitos humanos fundamentais e o alcance dos serviços sanitários que interferem diretamente na sociedade e fomenta a poluição ambiental, o preconceito social e racial como indicadores de marginalização humana e limitantes quanto o acesso aos direitos básicos socioambientais. O estudo deve permitir amplos desdobramentos e considerações científicas futuras acerca do problema macro no âmbito social, econômico, ambiental, ético e político.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a pesquisa, foi realizada a análise de 10 artigos de cada continente, excluindo o continente Antártico por não haver população civil residente e desenvolvimento de atividades econômicas no continente, exceto os aproximadamente 3 mil profissionais que residem por meses alternados na Antártida afim de realizar pesquisas ambientais e ecológicas.

Foram criados 11 códigos analisados e associados nos 50 artigos, sendo eles, Migração; Mudanças Climáticas; Covid-19; Pobreza; Saneamento Básico; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Vulnerabilidade/Grupos Vulneráveis; Saúde Ambiental; Qualidade/Segurança da Água; Saúde/Direitos Humanos e Desigualdade. Os códigos permearam os principais focos de atuação da Agenda 2030, com enfoque nas águas e saneamento básico.

A primeira parte apresenta um diagrama de comparação de perfis (Figura 1) entre os continentes trabalhados.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 1. Diagrama de comparação de perfis.

De modo geral, através do diagrama de comparação de perfis, foi observado uma ampla diferença de perfis entre os continentes através da relevância de cada código em cada localidade. Na África, apesar de ser um continente rico e culturalmente diverso, a população sofre com baixíssimos índices de desenvolvimento, o saneamento básico é precário e realizado de forma desigual entre os extratos de classes sociais que carregam diferenças exorbitantes entre a população mais pobre e a população mais rica e os acessos de melhorias que estes têm. A preocupação dos pesquisadores é voltada ao tempo restante até 2030 e o desafio da África em vencer todos os problemas hoje enfrentados. Em relação ao período pandêmico de COVID-19, a principal preocupação é a limitação de recursos dos países de baixa renda e o acesso à saúde aqueles que necessitarem de ajuda imediata.

A América abriga nações desenvolvidas em que a maioria dos habitantes tem acesso seguro a sistemas avançados de água e saneamento, como o Canadá, mas existem os países que com muita dificuldade possuem um sistema básico de saúde. Compreende-se que as políticas públicas que dão acesso a saúde e saneamento básico, assim como diversos outros aspectos de direitos básicos dos cidadãos, não atendem a maioria da população devido a herança da escravidão e colonização dessas localidades, expondo um perfil muito delineado de pessoas que não possuem tais acessos. Esses grupos estão mais vulneráveis no continente como um todo e com a chegada da pandemia do COVID-19 a exposição à doença se tornou muito maior, além de levar a óbito uma grande quantidade de pessoas. Essa desigualdade também é perpetuada pelos governos que “escolhem” para onde são direcionados os investimentos e consequentemente essa população continua a margem. O capitalismo

também foi citado como um modelo predatório e de extrema exploração de recursos naturais e este abuso desenfreado aumenta rapidamente a produção de resíduos, degradação e contaminação de rios, oceanos e outras fontes hídricas, além das queimadas e poluição atmosférica contribuindo para as alterações climáticas.

A Ásia tem um olhar muito particular em relação aos objetivos de desenvolvimento sustentável a partir do fato de este ser o berço da pandemia da COVID-19. Estudos pautados no continente asiático têm associado o surgimento do vírus com os extensos impactos ambientais e falta de saneamento básico. A superpopulação, falta de higiene adequada a grande parte da população e a difusão de migração global podem estar diretamente relacionadas com o surgimento da doença. Nota-se a preocupação de diversos autores em relação a contaminação por fezes em fontes de água limpa, poluição urbana, baixo hábito de higiene e equipamento de proteção limitados, principalmente em países como Indonésia e Bangladesh. A pandemia também escancarou os problemas de desigualdade e pobreza no continente, além da importância em cumprir o 6º objetivo de desenvolvimento sustentável (“Garantir a disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos”). Outros pesquisadores concluíram que a dimensão social e política da água e desempenho governamental influencia diretamente na ocorrência de desigualdades no acesso ao serviço, propondo uma mudança no modelo de distribuição e investimento adequado à população vulnerável.

A União Europeia, possui um aspecto socioeconômico desenvolvido e possui instancias de desenvolvimento sociais e ambientais especializados na realização de pesquisas e desenvolvimento tecnológico, por exemplo a European Union Water Initiative Research Area Network (SPLASH), onde participam 16 organizações que representam ministérios do governo, agencias de financiamento e instituições de pesquisa. Entretanto ainda é alto o índice de populações que vivem em locais de poluição do ar, da água e do solo que os deixam em posição de vulnerabilidade impactando tanto os resultados de melhorias de desenvolvimento, quanto problemas mentais e doenças causadas por veiculação hídrica. Essa população é excluída da dinâmica social de saneamento e acesso a serviços básicos de subsistência em diversas localidades, além de sofrerem discriminação por civis e pelas próprias instituições. A partir dos eventos da COVID-19, as pesquisas

Realização

Apoio

apontaram um alto índice de descartes incorretos de materiais hospitalares e higiênicos de uso doméstico não tratados, além de afetar a economia global, além de evidenciar a heterogeneidade de populações e expor as vulnerabilidades socioambientais. Os institutos de desenvolvimento da Europa ainda auxiliam de maneira ativa países da África-Subsaariana a fim de contribuir para a minimização de problemas ambientais e socioambientais na região mais pobre da África, porém mesmo com a participação ainda é grande o número de localidades onde a população vive em estado de extrema pobreza.

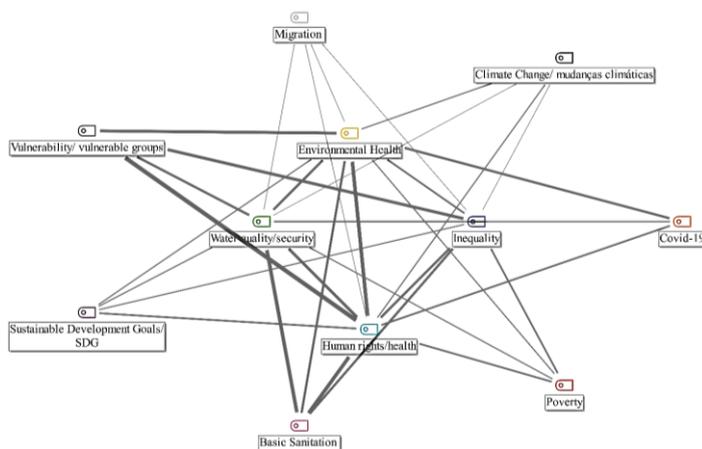
O continente que possui o cenário mais adverso dos demais é a Oceania, que embora possua dois países dominantes no cenário socioeconômico e qualidade de vida, Nova Zelândia e Austrália, contam com um grande número de outras localidades (ilhas) ainda em situações adversas e com baixo desenvolvimento econômico. O destaque gira em torno do problema da migração e mudanças climáticas, relacionando a migração como sendo induzida pelo clima, o que leva a instabilidade política e muitas vezes a violência. O problema migratório apresentado é associado a diversos fatores como capacidade de adaptação, vulnerabilidades, questões de pertencimento a terras de ancestrais familiares e aumento de conflitos nas regiões que recebem/receberão não só algumas pessoas, mas comunidades inteiras à medida que o problema se agrava. Outro dado importante que tem colocado em risco saúde e bem-estar da população das ilhas são a poluição das águas superficiais e a contaminação das terras por metais pesados e poluentes agrícolas, fora a intrusão da água salgada devido a elevação dos níveis do mar. Durante a pandemia do COVID-19 a Oceania foi o continente que obteve as menores estatísticas de contágio e óbitos pela doença, ainda assim, os problemas ambientais das localidades menos favorecidas foram as mais afetadas.

O diagrama de perfis mostram o quão desiguais são os continentes interna e externamente e o quanto ainda há trabalho a ser realizado para alcançar uma equidade social, ambiental, tecnológica e acesso aos direitos básicos do homem, principalmente saúde e saneamento básico. As localidades que mais apresentam essas desigualdades apresentam dificuldades de investimentos, porém nem sempre por falta de recursos, mas também falta de interesse político-econômico, o que ajuda perpetuar a pobreza e a dificuldade de desenvolvimento.

Realização

Apoio

O segundo gráfico gerado a partir das análises foi o modelo de coocorrência de códigos (Figura 2), isto é, apresentam os códigos mais frequentes e a intensidade com que ocorrem entre si. O modelo mostra os códigos de maior ocorrência em destaque central no mapa sendo mais determinantes a sobreposição, enquanto os códigos periféricos são os de menor ocorrência, porém neste modelo não existem dominância entre si.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 2. Modelo de coocorrência de códigos (sobreposição de códigos)

Conforme apresentado no gráfico, os códigos centrais determinantes foram saúde/direitos humanos, desigualdade, saúde ambiental e segurança/qualidade da água, enquanto saneamento básico, pobreza, COVID-19, mudanças climáticas, migração, vulnerabilidade e objetivos de desenvolvimento sustentável aparecem como códigos periféricos. As linhas de ligação entre os códigos demonstram a coocorrência principal entre eles, quanto mais espessa a linha, maior a coocorrência entre eles.

Observa-se a existência de uma tríade de frequências importantes em destaque que ligam os códigos vulnerabilidade, direitos humanos e saúde ambiental. A relação existente entre eles fica clara ao interrelacionar os temas nas diferentes localidades do planeta e

comprovando mais uma vez os dados apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em que realiza um chamado para ações concretas em restaurar o ecossistema, pois os seres humanos com seu modelo de consumo e desmatamento estão perdendo rapidamente as bases de sobrevivência da espécie, aponta ainda que 4,7 milhões de hectares de florestas são perdidas todos os anos. Partindo da saúde ambiental prejudicada por desmatamentos e poluição de diversos tipos, desencadeamos a aceleração das mudanças climáticas. Estas conseqüentemente expõe os seres humanos mais vulneráveis devido fatores como pobreza, gênero, raça e principalmente condições financeiras e acesso a água e saneamento de qualidade.

A saúde ambiental e os direitos humanos estão intimamente ligados as vulnerabilidades socioambientais, uma vez que para solucioná-las a atenção a estes temas são fundamentais para que haja um desenvolvimento social equitativo. Este é o principal foco que norteia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU, para isso é necessário que haja engajamento não só dos governos, mas toda sociedade civil e setores privados.

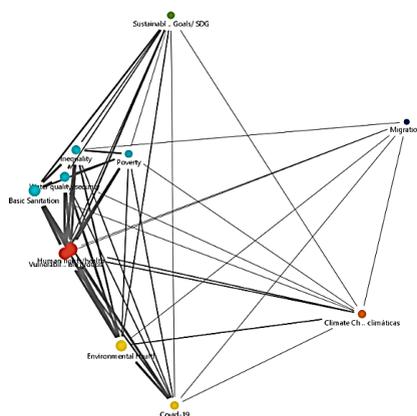
A pandemia do COVID-19 demonstra claramente as desigualdades inter-regionais e intercontinentais muitas vezes mascaradas por problemas emergentes e midiáticos, contudo, os dados e a atenção especial ao modo de cada localidade lidar com a doença, expôs uma sociedade desigual tanto em condições de moradia, saúde e econômica, quanto em acesso a atendimentos especializados e investimento financeiro governamental para auxílio a população menos favorecida, levando milhares de vidas evitáveis antes e após a fabricação e distribuição de vacinas, além de notável diferença de tratamento dentro das unidades de saúde expondo problemas de preconceitos raciais e sociais.

Os códigos periféricos no modelo podem ser considerados conseqüências da tríade exposta e passíveis de resolução e melhoria a partir do investimento nos perfis centrais. Diversos autores, filósofos, sociólogos e pesquisadores contemporâneos defendem o investimento a nível mundial em uma visão de desenvolvimento humanista e eco relação do homem com o meio ambiente como fundamentais para manutenção da vida no Planeta Terra.

Realização

Apoio

O terceiro gráfico de análise estabelece uma relação de dominância acerca dos códigos (Figura 7). Estes foram divididos em 6 grupos e neste os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representados pela cor verde, destacam-se como fator dominante sobre outros grupos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 1. Relação hierárquica de códigos

O gráfico sugere que o código das ODS (grupo 1) abrangem todo o extrato azul (grupo 2), com os códigos pobreza, desigualdade, qualidade da água e saneamento básico, este não poderia ser diferente devido do próprio alcance de objetivos da Agenda 2030, atuando em cima desses fatores. Abaixo do segundo grupo, encontra-se o extrato vermelho (grupo 3), levantando os códigos direitos humanos e vulnerabilidades e estas são consequências do grupo anterior a partir do não cumprimento dos direitos humanos fundamentais e negligência ao investimento de qualidade nos grupos populacionais menos favorecidos. O grupo 4, representado pelo extrato amarelo expõe a saúde do meio ambiente e a pandemia da COVID-19, mais uma vez interrelacionando os outros grupos como uma “cascata” de fatores que levaram ao adocimento do meio ambiente e disseminação do vírus. Esta relação em cascata demonstra a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis como garantia de vida no planeta. A erradicação da pobreza, saneamento e acesso aos direitos humanos são questões fundamentais para manutenção da vida e de

resguardo da saúde humana que facilmente entra em estado de vulnerabilidade.

O quinto grupo de extrato laranja e o sexto no extrato azul escuro, correspondem as mudanças climáticas e a migração. Observa-se o distanciamento do fator cascata criado pelos outros grupos, pois estes tópicos apareceram pontualmente na Oceania, onde os problemas relacionados ao meio ambiente e direitos humanos permeiam a migração das ilhas mais prejudicadas pelas mudanças climáticas, conforme exposto no primeiro gráfico “diagrama de perfis”. Em relação a problemas socioeconômicos da Oceania, em sua pequena área territorial existem grandes diferenças econômicas entre os países, enquanto Nova Zelândia e Austrália dominam o cenário socioeconômico e qualidade de vida, existem as ilhas com baixa atividade industrial e serviços de agricultura pouco expressivos, contando também com o turismo como parte principal de sua economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados apresentados entende-se que os objetivos de desenvolvimento sustentável são norteadores de ações em prol da resolução de problemas socioambientais e políticos acerca dos direitos humanos fundamentais e devem servir de farol para todos os países, cada qual em sua realidade para empreender esforços rumo a um desenvolvimento equitativo e qualidade de vida para todos os seres humanos, em especial aqueles que hoje encontram-se em estado de vulnerabilidade e extrema pobreza.

Os ODS foram citados e introduzidos nos artigos pesquisados a partir do ano de 2020, precisamente no primeiro ano de pandemia do COVID-19 tornando obrigatória a necessidade de que os principais decisores políticos e a sociedade civil como um todo reavaliem as diferenças sociais e a falta de acesso a saneamento básico e saúde pública, assim como a falta de execução de políticas públicas que fomentem a inclusão dos grupos vulneráveis na sociedade e nos atendimentos de direitos fundamentais. Essa pesquisa pode ser utilizada como ponto de partida para futuros trabalhos relacionados ao desenvolvimento sustentável e observação de perfis em cada continente durante o período de uma crise sanitária global.

Realização

Apoio

REFERÊNCIAS

ESTEVA, Bread Soares. Da crise ambiental ao despertar da consciência ecológica: Diálogos entre a História Ambiental e a Educação Ambiental. **Revista Lhiste**, RS, v. 4, n. 6, p. 135-156, dez. /2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/84967>. Acesso em: 25 nov. 2021

GOVERNO FEDERAL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 7 dez. 2021.

NERI, Marcelo Côrtes. Trata Brasil: Impactos Sociais da Falta de Saneamento nas Principais Cidades Brasileiras. **FGV/IBRE**, CPS, Rio de Janeiro/RJ, 120 p., 2009. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibrecps/Trata_Fase4/Trata4_texto.pdf. Acesso em 6 dez. 2021.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 30 ago. 2021.

TRATA BRASIL. **O que é Saneamento?** Disponível em: <https://www.tratabrasil.org.br/pt/saneamento/o-que-e-saneamento>. Acesso em 5 dez. 2021.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Realização



Apoio

